

**SENHORES ACIONISTAS**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, da JSL Arrendamento Mercantil S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A JSL Arrendamento Mercantil S.A. tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional, principalmente de caminhões e veículos em geral e a prestação de serviços de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica. A Companhia, em conjunto com a cadeia de negócios da JSL S.A., contribuirá com o processo de inclusão social do caminhoneiro e com o crescimento sustentável do setor de transportes na economia brasileira.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2018, foi aprovada a transferência da sede social da sociedade da cidade de Barueri, Estado de São Paulo para a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo que a data da efetiva transferência da sede para outro município ocorreu em 01 de agosto de 2018, conforme registro efetuado junto ao Banco Central do Brasil.

No final do exercício de 2018, o crédito total do sistema financeiro, incluindo operações com recursos livres e direcionados, atingiu R\$ 3.260 bilhões,

com aumento de 5,4% no período. A relação crédito/PIB aumentou para 47,4% (0,3 p.p.), comparativamente a 47,1% em dezembro de 2017.

O volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional - SFN destinado ao mercado de veículos (financiamento à aquisição e arrendamento mercantil), onde concentra-se o foco dos negócios da Companhia, alcançou a R\$ 201,6 bilhões, com aumento de 18,1% em relação a dezembro de 2017, enquanto a produção (originação de novas operações) totalizou no exercício de 2018 o volume de R\$ 125,4 bilhões, com evolução de 24,1% em relação ao exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2018, os Ativos totais da Companhia somaram a R\$ 234,1 bilhões, crescimento de 22,5% em relação a 31 de dezembro de 2017, destacando-se: R\$ 20,5 bilhões em Títulos e Valores Mobiliários - Letras Financeiras do Tesouro (LFT), R\$ 21,0 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 176,3 bilhões de Imobilizado de Arrendamento Financeiro e R\$ 1,3 milhão de Imobilizado de Arrendamento Operacional.

O valor presente das Operações de Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2018, apurado segundo as regras do Banco Central do Brasil foi de R\$ 104,9 bilhões, com crescimento de 35,2% em relação a 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 a captação de recursos destinados à operação de arrendamento mercantil totalizava R\$ 82,8 milhões, através de Letras de Arrendamento Mercantil (LAM), ante R\$ 59,1 milhões, em 31 de dezembro de 2017.

O Lucro líquido contábil alcançado no exercício foi de R\$ 3,4 milhões, sendo destinado para pagamento de dividendos aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social o montante de R\$ 33 mil.

O Patrimônio Líquido da Companhia montou a R\$ 22,8 bilhões em 31 de dezembro de 2018. De acordo com a Resolução nº 3198 do Banco Central do Brasil, a JSL Arrendamento Mercantil S.A. no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG") não relacionados à auditoria externa. A política adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

Agradecemos aos nossos colaboradores, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 19 de março de 2019.

**A DIRETORIA**
**Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais)**

ATIVO	Nota Explicativa	2018		2017		PASSIVO	Nota Explicativa	2018		2017	
<b>Circulante</b>		<b>43.865</b>	<b>51.684</b>	<b>43.865</b>	<b>51.684</b>	<b>Circulante</b>		<b>94.812</b>	<b>102.504</b>	<b>94.812</b>	<b>102.504</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>635</b>	<b>608</b>	<b>635</b>	<b>608</b>	<b>Depósitos</b>		<b>16.959</b>	<b>17.186</b>	<b>16.959</b>	<b>17.186</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>4</b>	<b>21.045</b>	<b>32.771</b>	<b>21.045</b>	<b>32.771</b>	<b>Outros Depósitos</b>	9	<b>16.959</b>	<b>17.186</b>	<b>16.959</b>	<b>17.186</b>
Aplicações no mercado aberto		17.544	29.970	17.544	29.970	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>		<b>39.296</b>	<b>26.786</b>	<b>39.296</b>	<b>26.786</b>
Aplicações em depósitos Interfinanceiros		3.501	2.801	3.501	2.801	Letras de Arrendamento Mercantil	10	39.296	26.786	39.296	26.786
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>5</b>	<b>20.472</b>	<b>17.037</b>	<b>20.472</b>	<b>17.037</b>	<b>Outras obrigações</b>		<b>38.557</b>	<b>58.532</b>	<b>38.557</b>	<b>58.532</b>
Carteira própria		2.124	2.070	2.124	2.070	Sociais e Estatutárias	12a	33	-	33	-
Vinculados a prestação de garantias		18.348	14.967	18.348	14.967	Fiscais e previdenciárias	12b	1.899	990	1.899	990
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>	<b>185</b>	<b>224</b>	<b>224</b>	<b>185</b>	<b>224</b>	Diversas	12c	36.625	57.542	36.625	57.542
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	71.648	51.084	71.648	51.084	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>116.464</b>	<b>69.182</b>	<b>116.464</b>	<b>69.182</b>
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	6	(69.978)	(50.039)	(69.978)	(50.039)	<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>		<b>43.486</b>	<b>32.266</b>	<b>43.486</b>	<b>32.266</b>
Arrendamentos a receber operacional	6	615	901	615	901	Letras de Arrendamento Mercantil	10	43.486	32.266	43.486	32.266
Rendas a apropriar de arrendamentos operacional	6	(615)	(901)	(615)	(901)	<b>Outras obrigações</b>		<b>72.978</b>	<b>36.916</b>	<b>72.978</b>	<b>36.916</b>
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6e	(1.485)	(821)	(1.485)	(821)	Fiscais e previdenciárias	12b	13.799	9.687	13.799	9.687
<b>Outros créditos</b>		<b>1.239</b>	<b>961</b>	<b>1.239</b>	<b>961</b>	Diversas	12c	59.179	27.229	59.179	27.229
Diversos	7	1.239	961	1.239	961	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>22.841</b>	<b>19.487</b>	<b>22.841</b>	<b>19.487</b>
<b>Outros valores e bens</b>		<b>289</b>	<b>83</b>	<b>289</b>	<b>83</b>	Capital de domiciliados no país	13	20.000	20.000	20.000	20.000
Bens não de uso		237	43	237	43	Reservas de Lucros		2.841	-	2.841	-
Despesas antecipadas		52	40	52	40	Prejuízos acumulados		-	(513)	-	(513)
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>12.382</b>	<b>10.039</b>	<b>12.382</b>	<b>10.039</b>						
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		<b>(1.430)</b>	<b>(879)</b>	<b>(1.430)</b>	<b>(879)</b>						
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado	6	68.960	53.556	68.960	53.556						
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber e valor residual a balancear	6	(68.960)	(53.556)	(68.960)	(53.556)						
Arrendamentos a receber operacional	6	592	1.067	592	1.067						
Rendas a apropriar de arrendamentos operacional	6	(592)	(1.067)	(592)	(1.067)						
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	6e	(1.430)	(879)	(1.430)	(879)						
<b>Outros créditos</b>		<b>13.812</b>	<b>10.918</b>	<b>13.812</b>	<b>10.918</b>						
Diversos	7	13.812	10.918	13.812	10.918						
<b>Permanente</b>		<b>177.870</b>	<b>129.450</b>	<b>177.870</b>	<b>129.450</b>						
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>8a</b>	<b>79</b>	<b>44</b>	<b>79</b>	<b>44</b>						
Instalações, móveis e equipamento de uso		145	91	145	91						
Depreciação acumulada		(66)	(47)	(66)	(47)						
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>8b</b>	<b>177.627</b>	<b>129.243</b>	<b>177.627</b>	<b>129.243</b>						
Bens arrendados financeiros		211.289	142.242	211.289	142.242						
Superveniência de depreciação		54.874	35.814	54.874	35.814						
Depreciação acumulada		(89.933)	(50.759)	(89.933)	(50.759)						
Perdas em arrendamento		126	13	126	13						
(-) Amortização acumulada de perdas		(42)	(3)	(42)	(3)						
Bens arrendados operacional		2.281	2.259	2.281	2.259						
Depreciação acumulada operacional		(968)	(323)	(968)	(323)						
<b>Intangível</b>	<b>23a</b>	<b>164</b>	<b>163</b>	<b>164</b>	<b>163</b>						
Ativos Intangíveis - Software		277	228	277	228						
Amortização acumulada		(113)	(65)	(113)	(65)						
<b>Total do ativo</b>		<b>234.117</b>	<b>191.173</b>	<b>234.117</b>	<b>191.173</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>234.117</b>	<b>191.173</b>	<b>234.117</b>	<b>191.173</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o 2º Semestre de 2018 e Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais - R\$)**

	Capital		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos acumulados)	Totais
	Social	Legal	Estatutária				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>20.000</b>	-	-	-	-	<b>(2.079)</b>	<b>17.921</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.566	1.566
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>20.000</b>	-	-	-	-	<b>(513)</b>	<b>19.487</b>
Lucro Líquido Exercício	-	-	-	-	-	3.387	3.387
<b>Destinação</b>							
Reservas	-	144	2.697	-	-	(2.841)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(33)	(33)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>20.000</b>	<b>144</b>	<b>2.697</b>	-	-	-	<b>22.841</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>20.000</b>	<b>41</b>	<b>755</b>	-	-	-	<b>20.796</b>
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	2.065	2.065
<b>Destinação</b>							
Reservas	-	103	1.942	-	-	(2.045)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(20)	(20)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>20.000</b>	<b>144</b>	<b>2.697</b>	-	-	-	<b>22.841</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o 2º Semestre de 2018 e Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais - R\$)**

	2º semestre explicativa		Exercício			2º semestre explicativa		Exercício	
	2018	2018	2017	2017		2018	2018	2017	2017
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>3.924</b>	<b>6.292</b>	<b>2.886</b>		Variação em outros valores e bens	(52)	(201)	(36)	
<b>Ajustes ao Resultado</b>	<b>22.555</b>	<b>40.620</b>	<b>19.909</b>		Contribuição Social pagas	647	1.100	584	
Depreciações de bens arrendados	6g e 8c	29.954	55.169	36.722	<b>Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais</b>	<b>(14.156)</b>	<b>(28.375)</b>	<b>(23.319)</b>	
Depreciações e amortizações	19	35	67	58	Aquisição imobilizado de uso e intangível	(103)	(103)	(35)	
Superveniência de depreciação	6g e 8c	(12.089)	(23.319)	(22.811)	<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(103)</b>	<b>(103)</b>	<b>(35)</b>	
Ajuste de marcações a mercado de títulos e valores mobiliários		(2)	(1)	(11)	Captação por meio de recursos de emissão de títulos	29.749	45.956	47.787	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6e	926	1.753	1.298	Resgate parcial de captação por meio de recursos de emissão de títulos	(15.660)	(29.177)	(11.778)	
Despesas de operações de captação no mercado		3.731	6.951	4.689	<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>14.089</b>	<b>16.779</b>	<b>36.009</b>	
Outros		-	-	(36)	<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(170)</b>	<b>(11.699)</b>	<b>12.655</b>	
<b>Variações de Ativos e Obrigações</b>	<b>(40.635)</b>	<b>(75.287)</b>	<b>(46.114)</b>		<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>21.850</b>	<b>33.379</b>	<b>20.724</b>	
Variação em títulos e valores mobiliários		(546)	(3.436)	(1.118)	<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>4 21.680</b>	<b>21.680</b>	<b>33.379</b>	
Variação em operações de arrendamento mercantil		(48.924)	(80.857)	(94.063)					
Variação de outras obrigações		11.737	9.546	46.500					
Variação em depósitos		(2.675)	(227)	2.615					
Variação em outros créditos		(822)	(1.212)	(596)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações do Resultado para os 2º Semestre de 2018 e Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro por ação)**

	2º semestre explicativa		Exercícios	
	2018	2018	2017	2017
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>42.676</b>	<b>78.358</b>	<b>52.962</b>	
Operações de arrendamento mercantil	6g	41.416	75.927	49.836
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	1.260	2.431	3.126
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(34.611)</b>	<b>(63.873)</b>	<b>(42.709)</b>	
Operações de captação no mercado	10	(3.731)	(6.951)	(4.689)
Operações de arrendamento mercantil	6g	(29.954)	(55.169)	(36.722)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6e	(926)	(1.753)	(1.298)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>8.065</b>	<b>14.485</b>	<b>10.253</b>	
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(4.169)</b>	<b>(8.218)</b>	<b>(7.358)</b>	
Receitas de prestação de serviços	14	6.273	12.230	10.773
Despesas de pessoal	15	(2.034)	(4.017)	(3.783)
Outras despesas administrativas	16	(7.376)	(14.553)	(14.004)
Despesas tributárias	17	(1.392)	(2.575)	(1.209)
Outras receitas operacionais	18	567	1.039	1.066
Outras despesas operacionais	19	(207)	(342)	(201)
<b>Resultado operacional</b>	<b>3.896</b>	<b>6.267</b>	<b>2.895</b>	
<b>Resultado não operacional</b>	<b>28</b>	<b>25</b>	<b>(9)</b>	

Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados e as operações prefixadas estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. No tocante as receitas de prestação de serviços de emissão de moeda eletrônica, na modalidade de cartões pré-pagos, as receitas são apropriadas ao resultado quando da efetiva prestação dos serviços contratados. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Títulos e Valores Mobiliários** - Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. São classificados nas seguintes categorias: • **Títulos para negociação** – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • **Títulos disponíveis para venda** – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e • **Títulos mantidos até o vencimento** – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e) Operações de Arrendamento Mercantil** - A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada, contabilizada de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN. Os arrendamentos a receber são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a Apropriar e Valor Residual a Balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. Os VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação de Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no Imobilizado de Arrendamento Mercantil. A prática adotada acima difere das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que diz respeito ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. As rendas das operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 59 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **f) Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa** - A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial da entidade. A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, administração, fluxo de caixa, pontualidade nos pagamentos, contingências, setor de atividade e garantias envolvidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela administração da Companhia na determinação dos riscos de crédito. **g) Outros valores e bens - a) Despesa antecipada** - Representada pela aplicação de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrada no resultado de acordo com o regime de competência. **b) Bens não de uso** - Refere-se a bens não de uso próprio da companhia, os bens recebidos em dação de pagamento pelo custo e ajustado por provisão para perdas quando necessário. **h) Imobilizado de uso e de arrendamento - l) Imobilizado de uso** - Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. **II) Imobilizado de arrendamento** - É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com redução de 30% na vida útil normal do bem, com amparo da Portaria nº 140/1984 do Ministério da Fazenda. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: caminhões, 25%; veículos e afins, 20%. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à insuficiência/superveniência de depreciação (notas 6a, 6f, 8b e c). **i) Intangível** - Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **j) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada considerando a alíquota de 20%, conforme Lei 13.169/15 a partir de setembro de 2015 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro/2019. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**: A Companhia avalia os ativos não financeiros a fim de verificar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. Este procedimento submete os ativos à análise tanto qualitativa quanto quantitativa, sendo que todos os ativos não financeiros são avaliados, no mínimo, uma vez por ano ou quando ocorrer a indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa antes de imposto estimados descontados à valor presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita em nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não houve ativos sujeitos ao ajuste por impairment. **l) Outros depósitos** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades, representados por saldos de cartões pré-pagos. **m) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos** - Representados por captações efetuadas por intermédio de LAM - Letras de Arrendamento Mercantil. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a

data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes: **I - Ativos e Passivos Contingentes** - Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. • Ativos Contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; • Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, a natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. A provisão constituída será suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **II - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias** - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas provisões pelo valor integral em discussão, independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso do processo. Os exigíveis e os depósitos judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **o) Outros Ativos e Passivos** - Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base "pro rata" dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base "pro rata" dia. **p) Resultado por ação** - O resultado por ação é calculado com base nas quantidades de ações nas datas das demonstrações contábeis. **q) Uso de estimativas** - A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativamente; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (v) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **r) Eventos subsequentes** - Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em: (i) Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e (ii) Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

	2018	2017
<b>4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
<b>Disponibilidades em moeda nacional</b>	<b>635</b>	<b>608</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>21.045</b>	<b>32.771</b>
- Aplicações no mercado aberto (a)(b)(c)	17.544	29.970
- Aplicações em depósitos interfinanceiros (b)(c)	3.501	2.801
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>21.680</b>	<b>33.379</b>

(a) Representadas por aplicação em operações compromissadas em Letras do Tesouro Nacional – LTN; (b) Remuneradas a uma taxa de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI; e (c) Operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação sejam igual, inferior a 90 dias ou que tenham liquidez diária e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**b) Composição da carteira por nível de risco**

Em 31 de dezembro - R\$ mil						
Saldo da carteira						
Nível de Risco	Curso anormal		Total do curso anormal	Curso Normal	Total (1)	%
	Vencidas	Vincendas				
AA	-	-	-	-	-	-
A	-	-	-	31.316	31.316	29,8
B	395	1.351	1.746	32.822	34.568	32,9
C	612	4.018	4.630	30.846	35.476	33,8
<b>Subtotal</b>	<b>1.007</b>	<b>5.369</b>	<b>6.376</b>	<b>94.984</b>	<b>101.360</b>	<b>96,6</b>
D	179	1.075	1.254	9	1.263	1,2
E	164	1.148	1.312	18	1.330	1,3
F	70	223	293	-	293	0,3
G	19	54	73	-	73	0,1
H	260	365	625	-	625	0,6
<b>Subtotal</b>	<b>692</b>	<b>2.865</b>	<b>3.557</b>	<b>27</b>	<b>3.584</b>	<b>3,4</b>
<b>Total Geral em 2018</b>	<b>1.699</b>	<b>8.234</b>	<b>9.933</b>	<b>95.011</b>	<b>104.944</b>	<b>100,0</b>
%	1,6	7,9	9,5	90,5	100,0	
<b>Total Geral em 2017</b>	<b>816</b>	<b>6.671</b>	<b>7.487</b>	<b>70.137</b>	<b>77.624</b>	<b>100,0</b>
%	1,1	8,6	9,7	90,3	100,0	

Nível de Risco	Provisão		Mínima requerida		Total em 2018	%	Total em 2017	%
	% Mínimo de Provisionamento requerido	Específica		Total				
		Vencidas	Vincendas					
AA	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	157	157	15,7	115	6,8
B	1,0	4	14	328	346	34,6	364	21,4
C	3,0	18	121	139	925	1.064	480	28,2
<b>Subtotal</b>	<b>22</b>	<b>135</b>	<b>157</b>	<b>1.410</b>	<b>1.567</b>	<b>1.567</b>	<b>53,8</b>	<b>95,9</b>
D	10,0	18	107	125	1	126	4,3	94
E	30,0	49	345	394	5	399	13,7	166
F	50,0	36	111	147	-	147	5,0	49
G	70,0	13	38	51	-	51	1,7	14
H	100,0	260	365	625	-	625	21,4	418
<b>Subtotal</b>	<b>376</b>	<b>966</b>	<b>1.342</b>	<b>6</b>	<b>1.348</b>	<b>1.348</b>	<b>46,2</b>	<b>741</b>
<b>Total Geral em 2018</b>	<b>398</b>	<b>1.101</b>	<b>1.499</b>	<b>1.416</b>	<b>2.915</b>	<b>2.915</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
%	13,7	37,8	51,5	48,5	100,0	100,0	-	-
<b>Total Geral em 2017</b>	<b>251</b>	<b>610</b>	<b>861</b>	<b>839</b>	<b>1.700</b>	<b>-</b>	<b>1.700</b>	<b>100,0</b>
%	14,8	35,9	50,7	49,3	100,0	-	100,0	-

**c) Composição da carteira de arrendamento por prazo**

	2018	2017
Vencidos a mais de 14 dias	1.009	679
A vencer de 15 a 60 dias	11.314	7.605
A vencer de 61 a 90 dias	4.899	3.310
A vencer de 91 a 360 dias	36.256	25.901
A vencer acima de 360 dias	51.466	40.129
<b>Total</b>	<b>104.944</b>	<b>77.624</b>

**d) Composição da carteira por setor econômico:**

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
<b>Setor privado</b>	<b>104.944</b>	<b>100,0</b>	<b>77.624</b>	<b>100,0</b>
<b>Serviços</b>	<b>35.474</b>	<b>33,8</b>	<b>24.779</b>	<b>32,0</b>
- Transportes terrestres	24.872	23,7	15.429	19,9
- Serviços da construção	4.979	4,7	6.284	8,1
- Demais serviços	5.623	5,4	3.066	3,9
<b>Indústria</b>	<b>3.216</b>	<b>3,0</b>	<b>3.604</b>	<b>4,6</b>
- Fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2.771	2,6	3.374	4,3

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**  
No "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento do papel. **a) A carteira de títulos e valores mobiliários, por tipo de papel, possui a seguinte composição:**

	2018	2017
<b>Carteira própria</b>	<b>2.124</b>	<b>2.070</b>
Letras financeiras do tesouro – LFT (a)	2.124	2.070
<b>Vinculados a prestação de garantias (b)</b>	<b>18.348</b>	<b>14.967</b>
Letras financeiras do tesouro – LFT (c)	18.348	14.967
<b>Total</b>	<b>20.472</b>	<b>17.037</b>

(a) Vencimento do papel para 1º. de março de 2020, remuneradas a uma taxa de 100% da Selic; (b) Conforme Circular BACEN nº 3.681/2013, com nova redação dada pela Circular BACEN nº 3.705/2014, referem-se a recursos para garantia dos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos (vide nota 9). Para o ano de 2018, o percentual de alocação desses recursos é de 80%, todavia a Companhia, em 31 de dezembro de 2018, manteve valor superior ao mínimo exigido pelo BACEN; e (c) Vencimento do papel para 1º. de março de 2019 e 1º. de março de 2021, remunerada a uma taxa de 100% da Selic; **b) Marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários – Letras financeiras do tesouro - LFT:**

	2018	2017
<b>TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>		
Valor de custo	20.475	17.039
Ajuste a mercado refletido no resultado (1)	(3)	(2)
<b>Valor Contábil</b>	<b>20.472</b>	<b>17.037</b>

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"). **c) Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários**

	2018	2017
Rendas de aplicações em operações compromissadas (1)	1.145	1.260
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros (1)	175	298
Rendas de títulos de renda fixa	1.111	1.568
<b>Total</b>	<b>2.431</b>	<b>3.126</b>

(1) Vide nota 4.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**

As operações de arrendamento mercantil são contratadas com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. Os valores dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados a valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

	2018	2017
<b>a) Composição da carteira de arrendamento mercantil</b>		
Arrendamentos a receber – setor privado	140.608	104.640
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(138.938)	(103.595)
Imobilizado de arrendamento (nota 8b)	211.289	142.242
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados	(35.059)	(14.945)
- Depreciações acumuladas (nota 8b)	(89.933)	(50.759)
- Superveniência de depreciação (nota 8b)	54.874	35.814
(-) Valor residual garantido antecipado (nota 12c)	(74.053)	(52.219)
(+) Perdas em arrendamento (nota 8b)	84	10

	2018	2017
<b>Carteira de arrendamento mercantil Financeiro (VP) *</b>	<b>103.931</b>	<b>76.133</b>
Arrendamento à receber Operacional	1.207	1.968
(-) Rendas a apropriar de arrendamento operacional	(1.207)	(1.968)
<b>Carteira de arrendamento mercantil operacional **</b>	<b>1.013</b>	<b>1.491</b>

	2018	2017
<b>Valor presente das operações de arrendamento mercantil</b>	<b>104.944</b>	<b>77.624</b>

(\*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, calculado conforme Circular Bacen nº 1429/1989, (\*\*) Valor presente das contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil operacional, calculado conforme os critérios estabelecidos contratualmente.

Em 31 de dezembro - R\$ mil						
Saldo da carteira						
Nível de Risco	Curso anormal		Total do curso anormal	Curso Normal	Total (1)	%
	Vencidas	Vincendas				
AA	-	-	-	-	-	-
A	-	-	-	31.316	31.316	29,8
B	395	1.351	1.746	32.822	34.568	32,9
C	612	4.018	4.630	30.846	35.476	33,8
<b>Subtotal</b>	<b>1.007</b>	<b>5.369</b>	<b>6.376</b>	<b>94.984</b>	<b>101.360</b>	<b>96,6</b>
D	179	1.075	1.254	9	1.263	1,2
E	164	1.148	1.312	18	1.330	1,3
F	70	223	293	-	293	0,3
G	19	54	73	-	73	0,1
H	260	365	625	-	625	0,6
<b>Subtotal</b>	<b>692</b>	<b>2.865</b>	<b>3.557</b>	<b>27</b>	<b>3.584</b>	<b>3,4</b>
<b>Total Geral em 2018</b>	<b>1.699</b>	<b>8.234</b>	<b>9.933</b>	<b>95.011</b>	<b>104.944</b>	<b>100,0</b>
%	1,6	7,9	9,5	90,5	100,0	
<b>Total Geral em 2017</b>	<b>816</b>	<b>6.671</b>	<b>7.487</b>	<b>70.137</b>	<b>77.624</b>	<b>100,0</b>
%	1,1	8,6	9,7	90,3	100,0	

Nível de Risco	Provisão		Mínima requerida</	
----------------	----------	--	--------------------	--

**f) Recuperação e renegociação de créditos** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 houve recuperação de crédito no montante de R\$ 156 e não foram renegociados créditos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve recuperação e não foram renegociados créditos.

**g) Receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil**

	2018	2017
<b>Receitas</b>		
Rendas de arrendamento mercantil	51.846	26.708
Rendas de arrendamento operacional	762	317
Superveniência de depreciação	23.319	22.811
<b>Total da receita</b>	<b>75.927</b>	<b>49.836</b>
<b>Despesas</b>		
Depreciação de bens arrendados	(54.523)	(36.399)
Depreciação de bens arrendados operacional	(646)	(323)
<b>Total da despesa</b>	<b>(55.169)</b>	<b>(36.722)</b>
<b>Total</b>	<b>20.758</b>	<b>13.114</b>

## 7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2018	2017
Créditos tributários (nota 20b)	13.812	11.313
Antecipações salariais	8	7
Impostos e Contribuições a compensar	1.048	530
Outros	183	29
<b>Total</b>	<b>15.051</b>	<b>11.879</b>

## 8. IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

**a) Imobilizado de Uso** - Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual	
				2018	2017
Móveis e equipamentos de uso	10%	65	(6)	59	8
Equipamentos de processamento de dados	20%	80	(60)	20	36
<b>Total</b>		<b>145</b>	<b>(66)</b>	<b>79</b>	<b>44</b>

## b) Imobilizado de Arrendamento

	2018	2017
Veículos e Afins	197.711	129.822
Máquinas e Equipamentos	13.578	12.420
Depreciação Acumulada	(89.933)	(50.759)
Superveniência de Depreciação	54.874	35.814
Perdas em Arrendamento	84	10
<b>Total imobilizado arrendamento Financeiro</b>	<b>176.314</b>	<b>127.307</b>
Veículos e Afins Operacional	2.281	2.259
Depreciação Acumulada Operacional	(968)	(323)
<b>Total imobilizado arrendamento Operacional</b>	<b>1.313</b>	<b>1.936</b>
<b>Total do imobilizado de arrendamento</b>	<b>177.627</b>	<b>129.243</b>

## c) Movimentação do imobilizado de arrendamento

	2018	2017
<b>Saldo no início do período</b>	<b>129.243</b>	<b>49.834</b>
Entradas	93.809	97.948
Baixas	(13.575)	(4.628)
Depreciação no exercício (nota 6g)	(55.169)	(36.722)
Superveniência de Depreciação no exercício (nota 6g)	23.319	22.811
<b>Saldo no final do período</b>	<b>177.627</b>	<b>129.243</b>

## 9. OUTROS DEPÓSITOS

Refere-se aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamentos pela emissão de cartões pré-pagos, na condição de emissor de moeda eletrônica.

	2018	2017
<b>Outros depósitos</b>		
Saldo de créditos – emissão de moeda eletrônica para portadores de cartões pré-pagos	16.959	17.186
<b>Total</b>	<b>16.959</b>	<b>17.186</b>

## 10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

### a) Letras de Arrendamento Mercantil - LAM

Vencimento	Remuneração ao ano	2018	2017
01 a 30 dias	8,11% a 12,16%	1.675	1.036
31 a 180 dias	7,57% a 16,14%	14.975	10.714
181 a 360 dias	7,98% a 15,69%	19.755	12.070
Acima de 360 dias	8,34% a 15,73%	40.676	28.476
<b>Subtotal</b>		<b>77.081</b>	<b>52.296</b>

### b) Letras de Arrendamento Mercantil – LAM (Vinculadas Resolução BACEN 2921/2002)

Vencimento	Remuneração ao ano	2018	2017
01 a 30 dias	-	-	-
31 a 180 dias	9,03% a 11,23%	1.113	1.317
181 a 360 dias	8,04% a 11,58%	1.778	1.649
Acima de 360 dias	8,74% a 11,93%	2.810	3.790
<b>Subtotal</b>		<b>5.701</b>	<b>6.756</b>
<b>Total</b>		<b>82.782</b>	<b>59.052</b>

As despesas com Letras de Arrendamento Mercantil – LAM, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 montou a R\$ 6.951 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 4.689). As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

	2018	2017	2018	2017
	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
Operações ativas vinculadas	(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Operações de arrendamento mercantil	5.135	5.926	2.526	872
<b>Obrigações por operações ativas</b>				
Letras de arrendamento mercantil	(5.701)	(6.756)	(648)	(322)
<b>Resultado Líquido das operações Vinculadas</b>			1.878	550

## 11. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A execução das atividades normais da Companhia acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue: • **Ativos contingentes** – Não existem ativos contingentes contabilizados pela Companhia. • **Passivos contingentes prováveis e possíveis e obrigações legais** – A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como “ré” e, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. São realizadas análises periódicas e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos de processos.

## 12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

### a) Sociais e Estatutárias

	2018	2017
Dividendos a pagar	33	-
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>-</b>

### b) Fiscais e Previdenciárias

	2018	2017
Provisão para Impostos e Contribuições a pagar	1.100	584
Impostos e Contribuições a recolher	879	488
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (nota 20b)	13.719	9.605
<b>Total</b>	<b>15.698</b>	<b>10.677</b>

### c) Diversas

	2018	2017
Credores por antecipação de valor residual - VRG (nota 6a)	74.053	52.219
Operações com cartões pré-pagos <sup>(1)</sup>	12.726	15.946
Antecipações para crédito em cartões pré-pagos <sup>(2)</sup>	4.893	10.918
Pessoal	472	372
Contas a pagar	2.596	3.811
Comissão a pagar a sociedades ligadas	216	165
Outros	848	1.430
<b>Total</b>	<b>95.804</b>	<b>84.771</b>

<sup>(1)</sup> Valores a pagar por utilização de cartões pré-pagos; e <sup>(2)</sup> Valores a serem creditados aos portadores de cartões pré-pagos (nota 21.a).

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital Social** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$ 20.000, dividido em 20.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

## b) Reservas de Lucros

	2018	2017
Reserva Legal <sup>(1)</sup>	144	-
Reservas estatutárias <sup>(2)</sup>	2.697	-
<b>Reservas de lucros</b>	<b>2.841</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e <sup>(2)</sup> Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo limitado a 95% do capital social integralizado. **c) Dividendos** - Aos acionistas estão assegurados um dividendo mínimo obrigatório, de 1% do lucro líquido anual ajustado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi distribuído dividendos no montante de R\$ 33, no exercício de 2017 não houve destinação de dividendos.

## 14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre 2018	2018	2017
Rendas com cartões pré-pagos <sup>(1)</sup>	6.231	12.156	10.676
Operações de arrendamento mercantil	42	74	97
<b>Total</b>	<b>6.273</b>	<b>12.230</b>	<b>10.773</b>

<sup>(1)</sup> Rendas provenientes da emissão de moeda eletrônica - cartões pré-pagos.

## 15. DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre 2018	2018	2017
Proventos	1.149	2.339	2.272
Encargos sociais	244	451	1.113
Benefícios	641	1.227	398
<b>Total</b>	<b>2.034</b>	<b>4.017</b>	<b>3.783</b>

## 16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre 2018	2018	2017
Serviços do sistema financeiro	3.004	5.840	5.404
Serviços de terceiros	2.280	4.245	4.156
Honorários da diretoria (21b)	1.038	2.274	2.341
Processamento de dados	641	1.224	1.118
Comunicações	207	380	275
Aluguéis	11	206	364
Publicações	43	95	73
Outras	152	289	273
<b>Total</b>	<b>7.376</b>	<b>14.553</b>	<b>14.004</b>

## 17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º semestre 2018	2018	2017
COFINS	634	1.181	933
PIS	103	192	151
ISS	655	1.202	125
<b>Total</b>	<b>1.392</b>	<b>2.575</b>	<b>1.209</b>

## 18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre 2018	2018	2017
Outras receitas financeiras	567	1.039	1.066
<b>Total</b>	<b>567</b>	<b>1.039</b>	<b>1.066</b>

## 19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre 2018	2018	2017
Associação de Classe	26	53	53
Desconto concedido	61	110	10
Despesas com Bens recuperados	49	52	-
Depreciação e amortização <sup>(1)</sup>	35	67	58
Reversão de provisão	-	-	39
Perdas com emissão de moeda eletrônica	24	34	8
Variação cambial	5	6	4
Outras	7	20	29
<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>342</b>	<b>201</b>

<sup>(1)</sup> Bens Intangíveis

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A Companhia está sujeita ao regime de tributação pelo Lucro Real, cuja apuração a seguir é demonstrada:

	2018	2017
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>6.293</b>	<b>2.886</b>
Alíquota vigente (nota 3k)	45%	45%
Imposto de renda e Contribuição apurada/ Expectativa de crédito	(2.831)	(1.299)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes nos períodos	120	13
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição social (2.711)</b>	<b>(1.286)</b>	<b>(1.286)</b>

b) O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, estão representados por:

	31/12/2017	Consti-tuição	Realização/ Reversão	31/12/2018
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	825	825	(36)	1.614
Provisão para publicação	33	25	(30)	28
Ajuste de Marcação a Mercado	1	4	(4)	1
<b>Crédito tributário sobre diferenças temporárias</b>	<b>859</b>	<b>854</b>	<b>(70)</b>	<b>1.643</b>
<b>Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social</b>	<b>10.454</b>	<b>3.792</b>	<b>(2.077)</b>	<b>12.169</b>
<b>Total Crédito tributário (nota 7)</b>	<b>11.313</b>	<b>4.646</b>	<b>(2.147)</b>	<b>13.812</b>
Obrigações fiscais diferidas <sup>(1)</sup>	(9.605)	(5.517)	1.404	(13.718)
<b>Total Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas (nota 20c)</b>	<b>1.708</b>	<b>(871)</b>	<b>(743)</b>	<b>94</b>

<sup>(1)</sup> Obrigações fiscais diferidas referem-se ao imposto de renda sobre superveniência de depreciação. c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2018, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macro-econômicos, indicadores de produção e custo de captação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados. Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos tributários.

Período	2018	2017
2018	-	944
2019	94	180
2020	-	584
2021	-	-
<b>Total dos créditos tributários (2)</b>	<b>94</b>	<b>1.708</b>

<sup>(2)</sup> Conforme Parágrafo 2º do Artigo 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, no montante de R\$ 13.718 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 9.605), não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas. Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa CDI é de R\$ 88 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 1.488).

## 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2018	2017	2018	2017
	Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
	(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
<b>Comissões a Pagar</b>				
JSL S.A.	(34)	(3)	(67)	(56)
Movida Locação de Veículos S.A.	(164)	(156)	(1.562)	(1.436)
Ponto Veículos LTDA	(3)	(2)	(12)	(14)
Original Veículos LTDA	(1)	(4)	(37)	(52)
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores LTDA	(13)	-	(28)	(11)
Avante Veículos LTDA	(1)	-	(2)	(5)
<b>Antecipações para Reembolso de Crédito</b>				
• JSL S.A. e Controladas	(3.810)	(10.700)	-	-
<b>Valores a Receber</b>				
• Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores LTDA	23	-	-	-
<b>Recieita de Prestação de Serviços</b>				
• JSL S.A. e Controladas	-	-	7.029	5.961
<b>Outras Receitas</b>				
• Controladas	-	-	658	64

## Aplicação em Letras de Arrendamento Mercantil

• JSL Holding Financeira

Ltda (56.719) (43.033) (5.244) (3.992)

• JSL S.A. (14.208) (7.150) (751) (150)

• JSL S.A. (Vinculada a Resolução Bacen 2921/2002). (5.701) (6.757) (648) (322)

## b

sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. As perdas operacionais devem ter seus valores identificáveis associados aos eventos de cada risco operacional. A estrutura estabelecida para o Gerenciamento de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades no gerenciamento do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.
**e) Gerenciamento do Risco de Liquidez** - Define-se o Risco de Liquidez como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A Companhia adota um conjunto de medidas de contingência para momentos de crise de liquidez e uma Política de Gerenciamento de Caixa, para manutenção de suas atividades, bem como, Fluxo de Caixa que permita verificar a movimentação de ativos e passivos.
**f) Gerenciamento de Capital** - Define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Companhia, na avaliação da necessidade de capital para fazer face às operações e aos riscos a que a Companhia está sujeita e atender as metas de crescimento

das operações e a adequada manutenção da estrutura corporativa, estabelecidas no planejamento estratégico. A estrutura de Gerenciamento de Capital é segregada das áreas de negócios e da auditoria interna e deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir e avaliar, monitorar e reportar a necessidade de capital, observando as seguintes diretrizes:
• Estabelecer metas e necessidades de capital, considerando os riscos a que a Companhia está sujeita e os objetivos estratégicos estabelecidos;
• Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado;
• Manter um colchão de capital prudente, de forma a garantir a viabilidade econômica da Companhia e financiar as oportunidades de crescimento;
• Observar, permanentemente, os normativos emitidos pelos reguladores;
• Assegurar que os participantes tomem decisões estratégicas e operacionais, segundo as respectivas competências, devendo a Área de Controles e Riscos informar regularmente à Diretoria sobre a compatibilidade do capital frente aos riscos expostos e aos objetivos estratégicos; e
• O Índice de Basileia apurado em dezembro de 2018 foi de 15,7%, demonstrando a suficiência de capital da Companhia, que visa suportar o incremento na realização de novas operações de Arrendamento Mercantil Financeiro e Operacional, bem como, na emissão de moeda eletrônica de pagamento na modalidade pré-pago.

#### 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

**a)** Ativos intangíveis são representados por aquisição de licenças de *softwares*;
**b)** Deliberação CVM nº 787, de 21 de dezembro de 2017, aprova o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) do Comitê de Pronunciamento Contábeis, que trata de operações de arrendamento mercantil (correlação às Normas Internacional de Contabilidade – IFRS16, do IASB – *International Accounting Standards Board*) com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. Este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores

#### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos  
Acionistas e aos Administradores da  
**JSL Arrendamento Mercantil S.A.**  
São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da JSL Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JSL Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

#### Base para opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica “Provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação”, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3e e 6a. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de

nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Com relação a esta Companhia na qualidade de arrendadora, a aplicação do pronunciamento acima mencionado, não trará reflexos em suas demonstrações contábeis. No processo de convergência as Normas Internacional de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, aplicáveis as instituições financeiras. Até 31 de dezembro de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:
• Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
• Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa – (CPC 03);
• Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
• Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
• Resolução nº 3.973/11 – Eventos Subsequente (CPC 24);
• Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1);
• Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23)
• Resolução nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual Básica (R1); e
• Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1). Atualmente não é possível estimar quando o CMN irá aprovar outros pronunciamentos contábeis do CPC e, nem, a forma da adoção dos mesmos.
**c)** Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

Diretoria	
<b>Osmar Roncolato Pinho</b> Diretor Presidente	<b>Diretores</b> Alexandre Punko Heubner Lopes Bustamante
<b>Carlos Roberto da Conceição</b> - Contador - CRC 1SP 307638/O-4	

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de março de 2019.

	<b>Marco Antonio Pontieri</b> Contador CRC 1SP153569/O-0
<b>KPMG Auditores Independentes</b> <b>CRC SP014428/O-6</b>	